

Ata da 33ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 27 dias de novembro de 2018, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a trigésima terceira reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Edital de Credenciamento de Artistas; Avaliação da participação dos Conselheiros nas oficinas de metas do Plano Municipal de Cultura (PMC); 2) Mobilização dos territórios e segmentos para o Plano Municipal de Cultura; Apresentação do trabalho desenvolvido pela Comissão de articulação para a elaboração do PMC e consultoria em novembro; 3) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Eliaide Matos Cardoso (Cabula/Tancredo Neves); Elismar Carvalho Lima (Audiovisual); Evandro Ramos dos Santos (Cidade Baixa); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Isabela Fernanda Azevedo Silveira (Teatro); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); Joelice Ramos Braga (SMED); José Carlos Assunção Novaes (Literatura); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Lucilene Ferreira Santos (Liberdade/São Caetano); Marcos Luís Silva Argolo (Música); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil) e Washington Luiz Lopes (Barra/Pituba). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Cristina Maria Alves de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Cristian Cardoso de Souza (SECULT) e Fernando Sérgio Barbosa Teixeira (FMLF) na condição de titulares e Rita de Cássia Sales dos Santos (SMED); Djalma Vieira da Silva (Patrimônio Material e Imaterial) e Daniele Pereira Canedo (Barra/Pituba). A Secretária-Geral, Isabela Silveira, iniciou a reunião informando que o Presidente Etenoel Cruz estava enfrentando um problema e não pôde participar da reunião, portanto ela iria conduzir a plenária. Em seguida apresentou a pauta. Informou sobre o Credenciamento para atividades artístico-culturais, voltado a artistas, instituições culturais, produtores e representantes de grupos artísticos, com inscrições entre 20 de novembro e 20 de dezembro de 2018. Destacou que o credenciamento era importante porque as contratações da Prefeitura deveriam ser realizadas por esse mecanismo. A Secretária convidou o Assessor Técnico da FGM, Plutarco Magalhães, que informou que o credenciamento estava dando continuidade ao que já é feito todo ano, sendo que a sua vigência é de dois anos e sua validade seria até 31 de dezembro de 2020. Esclareceu que o certame é voltado para todas as linguagens artísticas, bibliotecas comunitárias, formação e patrimônio. Salientou que era importante que o credenciamento fosse divulgado nos territórios com a maior abrangência possível. Explicou que o credenciamento habilita os credenciados a serem contratados pela FGM, a depender da demanda da Prefeitura com relação aos eventos e ações culturais, inclusive o Calendário Cultural. Disse que o formulário de preenchimento era muito simples, bem como a documentação exigida. Solicitou que os Conselheiros divulgassem nos territórios e com os pares das linguagens e segmentos artístico-culturais que representavam o se colocou à disposição para responder as perguntas. Jadson Nascimento perguntou se o card de divul-

gação do credenciamento, além de ser compartilhado como arquivo digital nas redes sociais, seria distribuído em forma física. Plutarco Drummond respondeu que não tinha material físico, a divulgação estava sendo feita nas redes sociais e por meio de abordagem à imprensa. Ressaltou que o prazo de inscrição era muito curto, portanto haveria uma demora caso entrasse na fila da Prefeitura para a confecção de material. No entanto, defendeu que a FGM estava trabalhando muito na mobilização, visto que, além da divulgação nas redes sociais, usa um *mailing* com mais de cinco mil artistas, agentes culturais e instituições que estão informados sobre o assunto. Destacou que a participação dos Conselheiros era no sentido de reforçar e garantir que seus pares participassem. Fernando Guerreiro ratificou a importância de os Conselheiros ajudarem a FGM na divulgação do credenciamento e destacou que ele abrange os dois anos finais da atual gestão municipal. Explicou que é importante porque eventualmente tem um evento ou ação, sendo que um artista quer se apresentar, mas nem ele nem o produtor estão credenciados e ele acaba fazendo com outro produtor e tudo vira uma confusão tremenda. Pediu que os Conselheiros ajudassem o órgão municipal e reforçassem para que os interessados não deixassem para a última hora, por conta da sobrecarga do sistema. Lembrou ainda que o credenciamento do artista ou produtor não significa que vai participar de algum evento, mas a FGM convida e, se estiver credenciado, facilita o trâmite, inclusive em relação aos impostos. José Carlos Novaes perguntou se o Conselheiro produtor ou artista poderia participar do credenciamento. Plutarco Drummond respondeu que não e explicou que o credenciamento resulta em um contrato e cai nas mesmas limitações. Informou ainda que podiam se cadastrar pessoas físicas, pessoas jurídicas artistas ou produtores culturais que tiverem o cadastro de MEI (Microempreendedor Individual) e associações, sendo que as pessoas físicas e MEI poderiam representar grupos, com a condição de inserir essa informação no formulário, e as associações representariam a si mesmas. Ressaltou que para os artistas e grupos o cadastramento como MEI era a melhor opção por conta da tributação. Acrescentou que MEI e associações deveriam ter finalidade cultural, sendo que MEI deveria ter o CNAE relacionado a atividade cultural e as associações deveriam ter a finalidade cultural declarada em estatuto social. Depois a Assessora Estratégica de Gestão da FGM, Viviane Ramos, disse que a Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC foi convocada e todos os Conselheiros foram convidados a estar presentes em todas as reuniões voltadas à elaboração do PMC em novembro. Explicou que as reuniões foram feitas por blocos, separando os temas, sendo que algumas pessoas foram convocadas especialmente para cada tema, entretanto todos os encontros estavam abertos para que todos os Conselheiros participassem, mas infelizmente mais uma vez a adesão foi muito baixa, sendo que nas últimas reuniões participaram dois ou três Conselheiros. Reforçou que o Plano estava sendo construído pela Comissão que representava a Sociedade Civil no processo participativo e pediu aos Conselheiros que se fizessem presentes para que o Plano seja o mais abrangente e participativo possível. Lembrou que teriam uma agenda até o final do mês de novembro e início de dezembro e ratificou que deixava mais uma vez o convite e a convocação para que os Conselheiros participassem. Manifestou o desejo de que estivesse presente alguém que tivesse participado ativamente das reuniões no último mês para falar um

pouco da experiência e compartilhar como se deu o processo e o andamento das reuniões, mas infelizmente ainda não havia chegado ninguém até aquele momento. Informou que as reuniões aconteciam às segundas-feiras na sede da FGM e nas quartas-feiras na Escola de Administração da UFBA, no Vale do Canela. Destacou que não eram locais de difícil acesso e que as reuniões estavam sendo realizadas no turno da tarde, das 14 às 18h, e destacou a importância de participar de pelo menos uma das reuniões que ainda seriam realizadas. Propôs que, se chegasse alguém que participou de alguma reunião, caso houvesse espaço para que desse um depoimento, ela considerava interessante. Paulo Hermida perguntou se as reuniões eram temáticas. Viviane Ramos respondeu que foram separadas em blocos de cada assunto, sendo que na agenda que foi enviada para os Conselheiros por e-mail estavam discriminados esses assuntos, no entanto, houve alguns remanejamentos, mas naquele dia seriam apresentadas as pautas das reuniões que ainda faltavam. Isabela Silveira disse que esteve em uma reunião que em que pôde contribuir bem e declarou que a maior participação faz diferença porque são mais cabeças pensantes e ressaltou que quem não está indo sempre chega com novo fôlego, a possibilidade de contribuir e ver as coisas com um pouco mais de distanciamento, o que ajuda bastante. Observou que havia muito trabalho pela frente e que depois os Conselheiros poderiam ficar reclamando que o Plano não ficou como queriam, mas eles não estavam indo lá fazer. Falou que era necessário “colar” para que se alcançassem resultados melhores. Em seguida Kátia Costa recebeu a palavra e declarou que naquele dia estava bem feliz e queria compartilhar a alegria porque a consultoria e a Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC realizaram vários encontros no sentido de consolidar algumas metas. Indicou que o material ainda não estava finalizado e que iria apresentar naquele dia um material que estava em processo de consolidação, portanto seria uma apresentação parcial do processo. Agradeceu a **Luana Vilutis e Carolina Dantas**, suas parceiras e amigas de trabalho, e reforçou a fala de Viviane Ramos. Reconheceu que era muito difícil os Conselheiros estarem em tudo e ressaltou que era muito importante que cada Conselheiro escolhesse um dia, um tema, e fosse porque cada pessoa que contribuía significava novas ideias, novas propostas e a possibilidades de qualificar melhor o trabalho. Explicou que apresentariam na reunião dezesseis metas numa planilha, bem como as temáticas tratadas nas ações de cada meta. Informou que depois os Conselheiros receberiam o material até dezoito de dezembro e teriam quase quarenta dias com o material na mão para trabalhar, complementar, sugerir. Disse que foram feitas reuniões temáticas às segundas na FGM e nas quartas-feiras na Escola de Administração da Ufba com a participação da Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC, da consultoria e de alguns Conselheiros, sendo que até aquele momento já foram realizadas cinco reuniões e foram trabalhados os temas Fomento, Institucionalidade, Diversidade Cultural, Formação e Economia Criativa. Informou que naquele dia não apresentaria a planilha de Fomento porque ela ainda requeria um trabalho mais aprofundado de discussão e reflexão. Explicou que a metodologia utilizada foi a mesma utilizada desde o início, como indica a metodologia de Planos de Cultura, sempre numa relação dialógica, debatendo, discutindo, tirando dúvidas, com o objetivo de ouvir com muita atenção o que cada pessoa diz para que isso fosse interpretado de

alguma forma no Plano. Informou que aproveitaram esse tema não só para trabalhar um pouco mais as metas, mas já construir ações e resultados dessas metas. Disse ainda que o trabalho resultou em um trabalho de pesquisa porque para cada meta construída foi elaborado um conceito, assim como depois da elaboração das ações era necessário verificar quais conceitos estavam embutidos nelas para que isso ficasse cada vez mais sólido. Ressaltou que ainda havia conteúdos pendentes, questões, propostas dentro do documento que foi elaborado, que estava constantemente sendo analisado, portanto ainda não estava sendo considerado como finalizado. Disse que utilizou a técnica de grupo, que é participativa, em que são utilizados alguns materiais, muita escrita, e que a partir dali iria caminhar para a etapa de deliberação, que seria entre os meses de dezembro e janeiro. Mostrou fotografias das reuniões temáticas que já foram realizadas. Explicou que na reunião apresentaram o material que foi elaborado na oficina de outubro, bem como as ações que já foram propostas antes, sendo que a partir de todo material sistematizado são construídos temas para orientar a escrita da redação de novas ações. Explicou que o documento era orientador do trabalho, com base no que foi trabalhado em setembro e outubro, e foram levadas sugestões de metas e ações. Defendeu que, para construção e consolidação, principalmente da meta, era fundamental que se tivesse em mãos uma série de informações e dados, para que sejam construídas metas realmente coerentes e condizentes com a perspectiva municipal orçamentária e também que essas metas possam atender os anseios da sociedade. Além disso, indicou que é preciso entender qual é a situação da meta, localizar em que momento se encontra o sistema de financiamento à Cultura e depois tem que ter um conceito sobre o que é o sistema de financiamento à Cultura. Explicou que o PMC deve ser elaborado para que qualquer pessoa entenda o que está se falando, por isso ele é autoexplicativo, ou seja, tudo que é construído nele tem um motivo e uma explicação. Em seguida apresentou o documento produto parcial que continha as metas, o conceito das metas, o resultado da meta, a situação atual da meta, as ações que vão viabilizar a meta. Além disso, foram apresentados três blocos, o primeiro identificando a que objetivos do Plano aquela meta atendia, o segundo bloco apresentava as diretrizes a que a meta estava relacionada e o terceiro bloco mostrou a relação entre o PMC e o Plano Nacional de Cultura. Em seguida, Kátia Costa descreveu as metas. Meta 1: Órgão de Cultura ampliado com reestruturação regimental até 2024. Conceito: O órgão de Cultura com competências, estruturas e equipes compatíveis com a sua atribuição regimental de coordenação e implementação do Sistema Municipal de Cultura. Ações: - Revisar e publicar o novo regimento com base em leis. - Dotar a FGM de estrutura organizacional descentralizada através de unidades administrativas. - Promover processos seletivos para o provimento de cargos efetivos e temporários. - Prever orçamento compatível com as atividades decorrentes da reestruturação regimental. - Dotar o órgão de Cultura de representação exclusiva para a área cultural, considerando a reestruturação regimental e o contexto da cidade de Salvador. Reforçou que aquela era uma meta de fortalecimento do órgão gestor de Cultura. Declarou que sabia que a FGM e a SECULT vêm desempenhando um papel importante, mas também é fundamental o fortalecimento da FGM diante das demandas. Meta 2: Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais em pleno funcionamento até 2022.

Conceito: o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais é uma plataforma de registro e consulta de dados e informações sobre a Cultura e suas dinâmicas e os elementos constitutivos do setor cultural municipal, considerando agentes, equipamentos e espaços, linhas de fomento e financiamento, manifestações e expressões, setores e programação. Ações: - Instituir a plataforma de mapeamento. - Realizar formação para a utilização da plataforma de acesso para as equipes e para a sociedade. - Mapeamento de grupos, expressões, empreendimentos e redes. - Realização de censo cultural com atualização periódica. - Fomentar pesquisas e apoiar iniciativas municipais. - Instituir indicadores de desenvolvimento cultural. - Realizar publicação virtual. Meta 3: Mínimo de 30 projetos financiados anualmente voltados para a Diversidade Cultural, sendo pelo menos 2 projetos de Culturas Populares, Identitárias e Tradicionais em cada território, com início em 2020. Ações: - Realizar, fomentar, incentivar rodadas de negócios voltadas para as Culturas Populares para produtores culturais e representantes dos grupos de Culturas Populares Identitárias e Tradicionais. - Ações de formação. - Criação de linhas de crédito. - Realizar oficinas e encontros anuais nos territórios para estimular a participação dos agentes culturais nos editais municipais. - Criar cotas de seleção para as Culturas Identitárias. - Estruturar espaços permanentes nos territórios de exposição e apresentações artístico-culturais. - Realizar eventos com os mestres da Cultura Popular. - Apoiar e fomentar a realização de eventos. - Pensar em um edital intersetorial que pense a Diversidade. - Promover e fomentar o intercâmbio cultural. Paulo Hermida perguntou se é razoável engessar por meio da delimitação de 30 projetos no total, sendo pelo menos 2 em cada território. Supôs que determinado território não tivesse uma dinâmica cultural suficiente para gerar anualmente 2 projetos. Kátia Costa respondeu que também tem essa preocupação, considerou a colocação de Paulo Hermida muito interessante e disse que a Comissão deve pensar sobre o assunto junto com a consultoria. Ressaltou que as contribuições que surgirem entre os Conselheiros serão muito importantes para o enriquecimento do trabalho e destacou que o material foi muito discutido com a equipe da FGM, mas vale a pena considerar as sugestões de reavaliação. **Luana Vilutis** complementou a fala de Kátia Costa e disse que a questão da territorialização é muito presente em todos os documentos do Diagnóstico Cultural de Salvador e nas demandas de um modo geral que foram sistematizadas. Disse que, ao mesmo tempo em que se tinha a territorialização como uma diretriz, não tem uma meta específica sobre o tema, mas a Comissão e a consultoria buscou diluir o assunto em outras metas. Destacou que foi nessa discussão que surgiu o desdobramento que Paulo Hermida estava considerando um engessamento, mas de certa maneira era uma indução positiva, forçada até. Concordou que é algo para ser aprofundado e discutido, mas foi um pouco o mecanismo encontrado para garantir a territorialização, assim esse tema seria visto em outras metas e ações, com a preocupação de induzir essa ação pública territorializada. Falou que poderia se trabalhar com porcentagem também, e destacou que trabalhou o tema na meta sobre fomento aos territórios, que não estava no material apresentado na reunião porque ainda não havia sido consolidada, mas estava como proposta a ser discutida na reunião seguinte sobre fomento. Destacou que era uma preocupação da equipe de elaboração do PMC como resolver essa problemática, atender essa demanda, por-

tanto essa ação foi apontada como uma saída, mas se houvesse sugestões, solicitou que os Conselheiros enviassem antes mesmo da realização da consulta pública do Conselho, que elas iriam tentar incorporar ao material. Lembrou que a discussão sobre o fomento iria acontecer juntamente com o debate da territorialização e pediu que os interessados no tema participassem. Daniele Canedo considerou que era uma discussão importante a ser feita, sendo que foi bastante abordada na Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC e argumentou que, se tivesse uma contribuição que o PMC pudesse vir a dar, é efetivamente a territorialização, numa política descentralizada, ampliada, que chegue em todos os cantos da cidade. Destacou que o que se tinha já de conhecimento de acúmulo era que há dinâmica cultural sim em todos os territórios porque cada um deles envolve diversos bairros e não faltam grupos, expressões e muita coisa acontecendo. Defendeu que não se podia reproduzir no Plano a lógica do “quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?” e não prever isso porque não há demanda ou dinâmica. Afirmou que no momento em que a cidade tiver previsto pelo menos dois projetos, o que é muito pouco, pela quantidade de bairros que envolve cada território, vai também promover oficinas para estimular a produção de projetos nos territórios. Assim, as pessoas irão se organizar porque sabem que existe essa possibilidade, os projetos irão competir entre eles e não um projeto da Pituba com um projeto de Valéria como se estivessem em pé de igualdade, portanto era preciso pensar a diversidade das expressões culturais dessa forma também. Disse que vários membros da Comissão defenderam muito essa ação e a considerou muito valiosa para o trabalho que o PMC pode dar como contribuição. Kátia Costa acrescentou que as metas foram muito discutidas e se percebia que começou a surgir a partir desse trabalho alguns princípios para o PMC, e ela iria elencar pelo menos três, que ainda não estavam consolidados, por ser um processo novo, que são a reafirmação da identidade cultural negra de Salvador, a descentralização e desconcentração de projetos e ações culturais. Disse que achava muito difícil não haver em algum território nenhum projeto que se enquadrasse nessa meta. Disse que no processo de construção e consolidação emergem outras possibilidades para delinear o Plano. Acrescentou que o Plano é fruto de um estudo sobre as fragilidades, obstáculos, potencialidades e vocações, portanto as metas precisam refletir isso. Portanto, a meta de haver pelo menos 2 projetos em cada território não foi posta, mas porque foi identificada uma fragilidade nesse aspecto que precisa ser considerado no ponto de vista da política como um todo. Meta 4: 100% das comunidades quilombolas reconhecidas pelo Município e beneficiadas com ações anuais de promoção cultural com início em 2020. Kátia Costa defendeu que essa era uma questão muito presente no Diagnóstico e na realidade da cidade e disse que a descrição do Conceito teria que ser feito pela FGM. Citou as ações: - Mapeamento das comunidades quilombolas, não só onde elas estão, quem são, quantas pessoas, mas também quais as suas práticas e seus produtos porque elas também têm um conhecimento que precisa ser reconhecido. Argumentou que se a cidade não sabe que existem, não vai entender e nem valorizar. - Realizar editais, ou seja, incentivar a promoção e manutenção de projetos culturais nos quilombos visando a sua sustentabilidade. - Premiar iniciativas culturais, sociais e econômicas oriundas dessas comunidades. - Fomentar e financiar a difusão e circulação da produção

cultural dos quilombos. - Apoiar a produção literária didática relativa à cultura quilombola, a consultora defendeu que essa ação faz parte de um processo de reconhecimento social, cultural, político e econômico da cidade em relação a essas comunidades que são completamente desconhecidas. - Realizar eventos que retratem a realidade das comunidades quilombolas. Kátia Costa argumentou que é preciso inserir essas comunidades nas dinâmicas da cidade. Defendeu que essa era uma questão específica e que teriam outras e que, apesar de o Plano ser para a cidade, em que se deve pensar a cultura como um todo, era importante dizer que cada cidade tem a sua especificidade cultural, a sua vocação e as suas fragilidades. Meta 5: 50% dos terreiros de candomblé tombados, localizados em Salvador, contemplados com ações de proteção e promoção com início em 2021. A consultora afirmou que essa meta é bem respaldada pela Convenção da Diversidade Cultural da Unesco 2005. Destacou que o Conceito deveria ser a partir do que o Município entende sobre o que são os terreiros de Candomblé e que se baseou no Decreto de nº25.560/2014 e informou que depois o texto seria elaborado. Ações: - Implantação de espaços de memória e tradição dos povos afro-brasileiros. - Dinamização dos terreiros de Candomblé como espaços de Cultura. Kátia Costa argumentou que, pelos documentos que foram lidos, Salvador reconhece os terreiros de Candomblé não apenas como espaços religiosos e endeu que às vezes há uma confusão, mas que eles são tratados como espaços de produção cultural, vão além de templos, são verdadeiras comunidades que produzem e têm vida social. - Cadastrar os terreiros. - Apoio a projetos de reforma dos terreiros tombados. - Recuperação de fontes sagradas. - Implantação de projetos de requalificação dos terreiros com medidas protetivas, garantindo a não-extinção desses espaços. A consultora disse que Salvador é uma das cidades que mais sofrem com a violência, o que é atestado por organismos nacionais e internacionais de pesquisa. - Fomentar e implantar espaços de memória. Meta 6: Terreiros de Candomblé beneficiados com ações de promoção e valorização a partir de 2020 regularmente. A consultora informou que havia conversado com Fernando Guerreiro, que fez uma sugestão de adequação que a equipe vai analisar, mas ela defendeu que se tratava de duas coisas, que são os terreiros tombados, que obrigatoriamente por lei era preciso criar normas e regras, mas ela estava falando também do conjunto de terreiros presentes em Salvador e que também precisam do olhar do Poder Público. Conceito: Consideram-se terreiros de Candomblé beneficiados por ações de promoção e valorização aqueles que são ou foram beneficiados com ações públicas municipais, estaduais ou nacionais que visem à produção, a difusão, a circulação da produção cultural, bem como compreendidos como espaços de fruição cultural e religiosa. Ações: - Apoio para promover difusão, circulação e intercâmbio da produção cultural. - Iniciativas de ações de formação dos povos de comunidades e matrizes africanas na rede pública municipal. - Apoiar ações de caráter transversal de valorização e proteção das comunidades e povos de terreiros como fundadores da cultura soteropolitana. - Instituir prêmio bianual de reconhecimento de práticas culturais dos terreiros que revelam a importância para o desenvolvimento humano e cultural da cidade de Salvador. Meta 7: 20 projetos anuais voltados para as culturas negras e identitárias apoiados e financiados a partir de 2020. Conceito: Projetos voltados para as culturas negras e identitárias são aqueles

que atendem à demanda dos artistas, cidadãos, comunidades, grupos coletivos, associações, organizações, instituições públicas e privadas com fins culturais que desenvolvem quaisquer atividades, projetos e ações culturais relacionados às culturas negras identitárias de Salvador. Ações: - Dos projetos fomentados pela FGM, executar em 20% para as culturas identitárias e 10% para os projetos de diversidade de gênero, sexual e etária. - Realizar editais para reconhecimento de saberes dos mestres e das culturas identitárias. - Implantar o plano de salvaguarda do Samba Junino. - Implantar centro de referência das culturas tradicionais identitárias. - Financiar os projetos de circulação entre os territórios. - Implantar centro de referência da cultura negra. - Apoiar, estimular e promover iniciativas culturais voltadas para a infância, juventude e mulheres negras em Salvador. Kátia Costa explicou que essa reivindicação baseia-se no registro do Diagnóstico Cultural de Salvador, que diz que cada dia mais a produção cultural feita por mulheres negras e por grupos de dança e teatro vêm acontecendo nos diversos bairros de Salvador. - Realizar festival, premiar lideranças, entidades, instituições. - Mapear as organizações culturais que promovem as culturas negras em Salvador. - Financiar projetos sobre a promoção das culturas negras e identitárias nos espaços públicos e privados da cidade. - Publicar mecanismos de apoio e incentivo à valorização e manutenção de ofícios relacionados à cultura afro-baiana. Meta 8: Projetos de Capoeira ampliados em 50% até 2024 e mantidos regularmente. A consultora disse que ainda iria conceituar a meta. Ações: - Incentivar encontros de Capoeira em Salvador. - Ampliar recursos destinados ao edital Capoeira Viva. - Implantar centro de referência da Capoeira. - Adequar os espaços públicos nos territórios para a prática da Capoeira. - Apoiar as produções bibliográficas, literárias, didáticas e do audiovisual voltados para essa temática. - Implementar a Capoeira nas escolas, incluindo a participação dos mestres e professores. - Fomentar e incentivar projetos educativos. - Instituir editais de valorização, difusão, fomento e intercâmbio. - Implantar projeto intersetorial com a Secretaria do Meio Ambiente que vise o plantio e o manejo da biriba. - Implantar o Plano da Salvaguarda da Capoeira. Meta 9: 15 atividades de formação, capacitação e qualificação profissional em Arte e Cultura realizadas anualmente, com início em 2022, no âmbito do Programa Municipal de Formação e Qualificação Cultural, mencionado no Planejamento Estratégico de Salvador. Conceito: Atividades de formação, capacitação e qualificação correspondem à realização de cursos, oficinas, seminários, palestras, rodas de conversas e outros eventos que visem ampliar conhecimento especializado em Arte e Cultura para agentes culturais públicos e privados, artistas, fazedores culturais e interessados. Ações: - Fomentar e apoiar cursos de formação em políticas culturais, inclusive para o Conselho Municipal de Política Cultural. - Cursos de produção e gestão em Arte e Cultura, com capacitação técnica especializada para espetáculos, shows e eventos. - Capacitação de professores da Rede Municipal de Ensino em Cultura e Diversidade Cultural. - Capacitação de agentes públicos municipais em gestão e políticas culturais. - Capacitar grupos, coletivos e empreendedores em gestão colaborativa, Arte e Cultura, com foco nas novas tecnologias sociais. - Realizar cursos em gestão de bibliotecas comunitárias para organizações da Sociedade Civil, agentes culturais e gestores públicos. Meta 10: 10 ações de formação e mediação de públicos constituídas de atividades artísticas e culturais integradas anu-

almente com início em 2021. Ações: - Atividades de formação e mediação na programação dos equipamentos culturais. - Ampliação de público infantil, jovem e idoso na programação dos espaços públicos. - Instituir projeto transversal com os setores de educação e transporte. A consultora declarou que um dos temas muito debatidos e trazidos dos territórios era a questão da mobilidade e dos serviços públicos para a realização de eventos culturais e manutenção. - Instituir linhas de financiamento, estimular a apreciação e fruição cultural por meio da circulação de bens e produtos. - Retomada de alguns projetos, como o “Teatro vai à Escola, a Escola vai ao Teatro”, incluindo toda a comunidade escolar. - Mecanismos de fomento para espetáculos em cartaz voltados especificamente para ações de mediação. - Formação de público e mediação dos festivais de Arte e Cultura realizados nos territórios. Publicar edital anual semestral específico para formação em mediação cultural. Meta 11: Pesquisa e estudos culturais publicados a cada 2 anos com início em 2022. Conceito: Define-se por pesquisa e estudos culturais levantamentos, diagnósticos, mapeamentos, estudos teóricos e práticos, entrevistas e outros procedimentos congêneres relacionados ao campo da Cultura, das políticas e gestão cultural e outros temas relacionados. Ações: - Fomentar pesquisas e estudos sobre impacto econômico da Cultura em Salvador. - Realizar pesquisas, inclusive sobre assuntos transversais, considerando a relação de Cultura com outras áreas e setores. - Realizar e apoiar pesquisas com recorte territorial. - Fazer levantamento de grupos e organizações que desenvolvem ações voltadas para a cultura LGBT. - Realizar e apoiar pesquisas em Salvador com recorte territorial sobre essas temáticas. - Levantamento sobre produções das culturas ciganas, indígenas, produção artística de pessoas com deficiência. - Registro de bens materiais. - Promover publicações e apoiar produções de catálogos e outros materiais impressos sobre a Cultura de Salvador, principalmente com fins de difusão cultural e turística. Kátia Costa disse que se trata também de pesquisas diversas sobre quilombos, outros mapeamentos sobre Cultura Digital, ou seja, uma série de pesquisas que precisam de informações que são necessárias para que o Município possa efetivamente não só elaborar, mas efetivar algumas ações. Meta 12: 11 ações de formação e pesquisa dirigidas aos setores da economia criativa realizadas anualmente com início em 2022. Ações: - Mapeamento de setores, segmentos e iniciativas da economia criativa. A consultora afirmou que é importante definir quais são os setores hoje em Salvador que se inserem na categoria da iniciativa criativa e quais são os seus níveis de atuação porque a partir desse reconhecimento as políticas vão ser dirigidas à necessidade de cada categoria. - Capacitação de agentes culturais. - Realização de cursos anuais. - Pesquisas e estudos sobre esse segmento voltados especificamente para essa temática. - Apoio e mapeamentos relativos à circulação, distribuição e comercialização de produtos culturais. - Mapeamento de roteiros gastronômicos. - Fomento a atividades e projetos de formação, capacitação e qualificação nesse setor e de empreendimentos voltados para essa temática, incluindo o recorte territorial. - Ações de incentivo ao turismo étnico visando a sustentabilidade. - Projetos de formação em sustentabilidade. Meta 13: 11 ações de fomento e promoção das cadeias produtivas dos setores da economia criativa realizadas anualmente a partir de 2020. Ações: - Fomento para as micro, pequenos e médio produtores e empreendimentos culturais da economia criativa. - Estruturar

um núcleo de economia criativa dentro da FGM. A consultora ressaltou que a cidade de Salvador está implantando um polo da economia criativa, portanto nada mais justo que haja um núcleo na FGM. - Instituir empreendimentos culturais da economia criativa com apoio a 10 projetos por ano, considerando o recorte territorial, a temática racial e a estruturação em rede. - Realização de feiras para circulação, difusão, comercialização de produtos. - Implantação de uma plataforma digital de gerenciamento de ações, projetos e iniciativas da economia criativa. - Fomento de empreendimentos culturais colaborativos e de autogestão. - Apoio a iniciativas voltadas para os corredores culturais. - Ações de incentivo ao setor da gastronomia, inclusive com a realização de projetos voltados à roteiros, trocas de conhecimento. - Ações de difusão, divulgação dos produtos e serviços oferecidos. - Implantar linhas de fomento a empreendimentos criativos das culturas negras, da cultura LGBT. Edital de apoio a iniciativas de turismo étnico. Kátia Costa destacou que essas duas temáticas aparecem muito no Diagnóstico Cultural, que vêm desenvolvendo a produção cultural e está tendo impacto. Meta 14: 30% do calendário anual de festas e festividades de Salvador composto por artistas, grupos e festas locais cadastrados no SMIC a partir de 2020. Ações: - Contratação de artistas, mestres de saberes, grupos e manifestações tradicionais identitárias e populares das linguagens artísticas dos territórios para atuarem nas festas e festividades da cidade. - Informativo virtual impresso para divulgação das festas e festividades ocorridas na cidade com inclusão das festas de caráter identitário. - Integrar as festas e festividades do calendário anual dos territórios ao calendário oficial de Salvador. - Publicar editais para a programação na cidade em datas, como 20 de novembro e Dia do Índio. - Meta 15: Propõe percentual de programação carnavalesca nos territórios contempladas com atividades culturais locais com início em 2020. Ações: - Incrementar a programação do carnaval nos bairros com participação das manifestações, grupos e artistas locais. - Implementar linhas de fomento a blocos afro, afoxés e indígenas, de samba junino, viabilizando sua participação nos eventos carnavalescos dos respectivos territórios. - Contratação de empresas de prestação de serviços para a festa do carnaval nos territórios com inclusão de cláusula de contratação preferencial de mão de obra local. - Mapear e cadastrar no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) os artistas, grupos, coletivos, manifestações e profissionais dos territórios para atividades carnavalescas. - Implantar linha de financiamento para a produção carnavalesca de artistas, grupos, coletivos dos territórios. Meta 16: Festas e festividades inseridas na programação oficial do Município, com estrutura de suporte e apoio aos trabalhadores da Cultura assegurado a partir de 2020. Ações: - Contratação de estrutura de palco, transporte, alimentação, técnicos, grupos, artistas em todas as festividades. - Capacitação e profissionalização dos serviços. - Regulamentação sobre a prestação de serviços nas festas e festividades, considerando piso salarial e condições de trabalho. A consultora disse que as coisas ainda estão em processo e sendo discutidas e debatidas com a FGM e com a Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC e afirmou que seria feita uma discussão com os demais setores da administração pública, visto que muitas coisas têm interface com outros projetos e coisas que são necessárias discutir internamente também. Portanto a apresentação feita sobre o trabalho desenvolvido foi parcial. Declarou esperar que nas reuniões

seguintes a equipe de elaboração conte com mais pessoas para contribuir. Kátia Costa perguntou se alguém queria fazer alguma colocação. Voz não identificada (1:09:53) falou sobre a meta relacionada as comunidades quilombolas e disse que verificou no site da Fundação Palmares que existem quatro certificações em Salvador, sendo que apenas uma fica fora, na Ilha de Maré, sendo que uma fica na comunidade de Praia Grande, outra na comunidade de Bana-neiras, outra que se refere a três comunidades e a quarta fica no Alto do Toro-ró, no Subúrbio Ferroviário, ou seja, ao todo são seis comunidades. Ele citou que na meta diz que apenas cinco comunidades são reconhecidas, portanto não estava claro. Declarou que o reconhecimento municipal está no plano diretor como regularização de Zonas de Especificidades de Interesse Social (ZEIS), que são um instrumento de regularização fundiária e urbanística dessas áreas. Ressaltou que no enunciado da meta havia uma distorção entre o reconhecimento municipal e da Fundação Palmares. Afirmou que o Município reconhece o que é reconhecido pela Fundação Palmares e não há divergência entre uma coisa e outra e, segundo o site da instituição federal, não há mais nenhuma comunidade em Salvador que esteja nessa condição. Pediu que o texto fosse ajustado. Kátia Costa respondeu que o dado foi passado pelo setor de Patrimônio da FGM e que as ações se relacionam mais com questões voltadas à promoção, difusão, reconhecimento, no sentido de considerar as comunidades como contributivas para a cidade. Comprometeu-se em registrar a informação. Daniele Canedo disse que na meta sobre a Capoeira, a décima primeira ação era implantar o Plano de Salvaguarda de Capoeira e manifestou dúvida em relação ao assunto porque o plano da Capoeira prevê 70 ações, então seria um plano dentro de um plano. Disse não saber se cabe ao Plano Municipal de Cultura de Salvador implantar o Plano da Salvaguarda da Capoeira, que tem um conselho gestor e uma outra institucionalidade, portanto o PMC deve reverenciar, considerar, respeitar. Kátia Costa respondeu que as ações serão desenvolvidas no PMC com atenção ao plano de salvaguarda. Eliade Cardoso perguntou se havia alguma petição em reconhecer e incentivar a história do quilombo do Cabula e se pode ser reivindicado e fomentado o resgate dessa história. Kátia Costa respondeu que o tema está no Plano, sendo que em relação à história tem as pesquisas que estão aí e que com certeza farão parte disso. Eliade Cardoso acrescentou que há um bairro que foi herança dada a Beiru por seus patrões, sendo que o bairro mudou de nome para Tancredo Neves, sendo que a comunidade quer retornar para o antigo nome e não consegue e isso é uma luta constante que o povo da região sempre lhe solicita e querem também o busto de Beiru e o reconhecimento do local. Kátia Costa considerou importante registrar a informação e informou que quando os Conselheiros tiverem o documento em mão ficarão quase quarenta dias com ele para contribuir, sugerirem, identificarem o que falta e o que é excessivo, orientou a Eliade Cardoso para fazer o registro. Voz não identificada perguntou se as etapas que já foram realizadas seriam disponibilizadas aos Conselheiros. Kátia Costa reforçou que o documento ainda estava em processo e ficaria pronto para passar aos Conselheiros em dezoito de dezembro, quando seria realizada a reunião, e o material seria entregue. Os Conselheiros ficariam com ele até o dia vinte e oito de janeiro de 2019, quando poderão discutir, sugerir, inclusive com os grupos que eles representam no CMPC. Luana Vilutis lembrou que ainda faltavam

algumas temáticas e que aquela apresentação era parcial, sendo que antes de cada encontro feito a consultoria disponibiliza uma planilha prévia, portanto o ideal era que os Conselheiros estivessem presentes nos encontros para debater e contribuir, sendo que na reunião do CMPC seria apresentado o documento consolidado. Ela disse que o processo estava sendo compartilhado um pouco antes dos encontros e informou que acabou de enviar a planilha de Patrimônio que seria debatida um dia depois daquela reunião ordinária. Kátia Costa complementou que foi pactuado na reunião anterior uma agenda com os Conselheiros, sendo que a cada semana são realizadas duas reuniões, então entre a quinta e a sexta-feira de manhã da semana anterior aos encontros, a consultoria estava mandando para toda comissão as planilhas que seriam trabalhadas com as metas, que poderiam estar acompanhadas ou não das ações, mas o objetivo era que a Comissão se apropriasse do material para que já chegasse na reunião de forma propositiva para a discussão. Informou que quando isso não acontece a discussão é realizada no encontro, com a leitura integral de todos os documentos, a audição das contribuições do grupo e depois a consultoria coloca as suas considerações. Em seguida a consultoria leva o material, faz um trabalho de lapidação de acordo com a metodologia e a consultora disse que ele carece de trabalho, ainda não estava finalizado. Kátia Costa disse que, enquanto estava apresentando, ao olhar para os Conselheiros presentes, identificou muitas expressões e ela achava interessante porque sabia que em relação a muitas coisas que estavam previstas no Plano, as pessoas poderiam achar que não eram possíveis ou não estavam entendendo ou achando demasiado ou com falta de algo. Defendeu que o momento de discutir o Plano era aquele, tanto internamente na Prefeitura, quanto no Conselho e com a Sociedade Civil. Reafirmou que o papel da consultoria era de mediação, não de elaboração, nem de sugestão de conteúdo escrito, mas o material é construído a partir da percepção dos Conselheiros com o suporte da consultoria, a partir de tudo que ela pôde colher de informação. Ratificou que é importante que fique claro que o Plano é resultado da compreensão e do entendimento coletivo. Evandro Ramos expressou que sentia que, pelo fato de serem muitas linguagens, em alguns aspectos ele não tinha informação da dinâmica e exemplificou a questão dos quilombos, e o reconhecimento de todos eles. Disse que participou de um evento no Pelourinho em que se informou que há quilombos dentro do Pelourinho que estão lutando para serem reconhecidos. Afirmou que possa ser que tenham cinco quilombos reconhecidos, mas essa não é a realidade de Salvador, e com certeza tem mais quilombos. Declarou que não se sabe o que os quilombos produzem e seria interessante que conseguissem o contato com esses segmentos e que eles participassem das reuniões do CMPC, colocassem um pouco sobre a sua realidade para que o Conselho conheça e o Plano abraçasse também essas pessoas que ainda não são conhecidas. Disse ainda que não ouviu a citação das quadrilhas juninas e mencionou a dificuldade dos grupos para desfilar no São João porque não têm recursos e isso acontece muito em Salvador. Ressaltou que há muitas realidades desconhecidas pelo Conselho e que deveriam ser levadas às reuniões. Kátia Costa concordou com Evandro Ramos e disse que essa era uma função do Conselho, pois o Conselheiro tem que ir para as suas bases, fazer a identificação que ele estava fazendo, divulgar sobre a construção do PMC e alertar para os representantes das

expressões que não estavam sendo contempladas no documento, convidando-os a participar do processo de construção. Destacou que é função do Conselho articular, mobilizar e sensibilizar os seus iguais, seus pares e que, mesmo sendo também função da FGM, os Conselheiros deveriam fazê-lo. Acrescentou que esse é o primeiro Plano de Cultura de Salvador e não vai abarcar tudo que é importante e necessário fazer em relação à Cultura, mas considerou importante que ele traga alguns alicerces para que a política cultural de fato se constitua como algo que reflete a sociedade, as necessidades e importâncias para o desenvolvimento. Voz não identificada esclareceu que não são todas as comunidades quilombolas de Salvador que estão reconhecidas, mas explicou que o Plano Diretor incorporou dentro de uma categoria, que são as Zonas de Especificidades de Interesse Social (ZEIS), para fins de regulação fundiária urbana as áreas certificadas pela Fundação Palmares como quilombolas. Isso não significa que a legislação de Salvador tenha dado conta de todas os quilombos da cidade, mas é um processo de reconhecimento que tem outro procedimento, em que o PDDU trouxe para dentro dele o reconhecimento que já existia, declarou que outras comunidades podem ser incorporadas para compor essa categoria. Luana Vilutis esclareceu que a consultoria ainda não tinha esse dado e demonstrou na elaboração do texto o espaço para ser preenchido e explicou que foi dada uma estimativa como uma base para que fosse feita uma projeção, um aumento de porcentagem. Reforçou que era muito importante somar forças porque seria necessário fazer um garimpo de informações, de pesquisa e ressaltou a importância da diversidade. Perguntou se Evandro Ramos tinha se sentido contemplado na parte de bibliotecas comunitárias, que foi uma parte que ele contribuiu muito com o Plano, e disse que se ele houvesse se sentido contemplado, era ótimo porque haveria outras apresentações que contemplariam outras temáticas, então não havia a necessidade de se opinar sobre o conjunto inteiro do documento, os Conselheiros não precisavam se sentir com essa incumbência, mas destacou que quem pudesse participar, ótimo. Declarou que o importante era a participação dos Conselheiros que representavam um território, um setor, um segmento e a intenção da consultoria era provocar neles o posicionamento de verificar se o Plano estava correspondendo às necessidades dos segmentos e receber as devolutivas das reuniões da Comissão, do CMPC e durante todo processo. Assim, na soma das partes, teriam uma perspectiva mais integrada. Kátia Costa observou que Evandro Ramos havia apresentado a questão importante das quadrilhas, alertou que se ele conhecesse gente que atuasse em quadrilhas, aquele era o momento. Reforçou que a consultoria estava construindo e que os Conselheiros teriam quase quarenta dias com o documento em mão, poderiam analisar, ir para as suas bases, fazer reuniões, encontros, e dar um parecer sobre a qualidade do documento e apontar as faltas, pois se tratava de um trabalho colaborativo. Jadson Nascimento considerou pertinente a colocação de Evandro Ramos sobre a questão dos quilombolas e das quadrilhas juninas, cujo representante da federação já esteve em uma reunião ordinária do CMPC no ano de 2017 colocando as suas dificuldades, sendo que o Conselheiro ficou imbuído de ajudá-los. Disse que o que se percebeu foi que não foi possível o Conselho não ajudar, pois não conseguiu fazer contato com ninguém, e ressaltou que existe uma desorganização que, pelo que ele pôde observar, era proposital para beneficiar alguém que o

Conselho não sabe. Relatou que teve o prazer de ter o movimento das quadrilhas dentro do bairro de Cajazeiras, que foi algo fantástico, mas tem um outro propósito, que não é beneficiar a todos, isso foi o que ficou bem claro. Perguntou como iriam organizar o movimento se as pessoas que estão à frente dele não querem por algum motivo. Acrescentou que há uma série de problemas e ele preferiu sair. Disse que o movimento das quadrilhas é fantástico, assim como o movimento do samba junino, do qual ele se considera integrante, e declarou que falta organização de quem está gerindo para que se possa buscar recursos para o grupos de quadrilha serem beneficiados pela Prefeitura. Kátia Costa lembrou que Jadson Nascimento estava apresentando uma questão muito específica, relacionada a conflitos de interesses, e esclareceu que a intenção para a elaboração do Plano era identificar o que era importante na Cultura que traz valor para o município, para as pessoas envolvidas e as comunidades. Ressaltou que a quadrilha é uma expressão importante dentro de Salvador, então é preciso pensá-la dentro de um conjunto e isso independe das pessoas externas. Argumentou que se o Conselho e a Prefeitura entendem que a quadrilha é importante na época do São João para a difusão cultural, a movimentação da cidade e a dinamização dos espaços, ela estará no Plano de Cultura porque essa não era uma questão que terceiros têm que decidir, mas isso passa por uma avaliação e análise e um consenso ou não, sendo necessário ser pragmático e racional. Afirmou que a quadrilha não é de ninguém, mas é uma expressão da cidade. José Carlos Novaes perguntou onde estava a Literatura no Plano e se a área iria ficar limitada ao Selo Literário João Ubaldo Ribeiro. Mencionou que estavam sendo realizados saraus em toda cidade, nas periferias, nos bairros de modo geral e informou que estão sendo realizados em torno de 50 saraus muito ativos e muito fortes atualmente. Kátia Costa respondeu que não houve especificidade nas linguagens e temáticas, mas havia uma série de ações de incentivo, apoio, fomento à produção cultural soteropolitana e dentro desse conjunto estavam contempladas todas as expressões e linguagens, ressaltou que existiam algumas especificidades e declarou que, se o livro e leitura tiver algum aspecto de relevância, certamente seria tratado e reforçou que estava assegurado. Ressaltou a presença nas reuniões do Conselheiro Elias Pereira, pastor, que conseguiu ver que expressões, como a música gospel, estão contempladas, mesmo não havendo uma especificidade no documento. Informou que ainda seriam realizados quatro encontros, com as temáticas (28/11) Patrimônio Cultural, (03/12) Participação e Comunicação, (05/12) Espaços Culturais e (07/12) Conclusão da discussão sobre a temática do Fomento, sendo que até o dia 17/12 a consultoria iria trabalhar com o documento e no dia 18 de dezembro o documento seria entregue na reunião do Conselho. Kátia Costa informou que conversou com a equipe de Patrimônio da FGM e eles acharam prudente inserir museus e bibliotecas no dia em que iriam discutir os espaços culturais, pois o órgão considera que são espaços culturais, mas obviamente havia outras questões vinculadas a acervos e museus que também sã-deveriam ser tratadas em Patrimônio e em outros temas. Apresentou o cronograma da consultoria: (28/11 a 07/12) Reuniões temáticas às segundas e quartas-feiras, das 14 às 18h, na FGM e na Escola de Administração da Ufba respectivamente; (08 a 17/11) Aprimoramento e conformação do documento para a submissão do Conselho; (18/12) Apresentação do PMC; (18/12/18 a

28/01/19) Apreciação do CMPC. Em seguida, a consultora retomou a discussão sobre a mobilização e destacou a importância de o Conselho se organizar e criar estratégias de divulgação do Plano de Cultura a partir de suas representações. Lembrou ainda que a consultoria se dispôs a fazer dois encontros sobre demandas do Conselho para orientar, conversar, discutir com os Conselheiros quaisquer assuntos sobre o tema, com o objetivo de contribuir. Declarou que a ideia é que os Conselheiros pudessem participar de eventos da cidade e distribuir a partir de janeiro materiais informativos para que possam trabalhar com seus segmentos. Alertou que é importante manter a divulgação desde sempre, visto que o trabalho estava sendo realizado desde junho e reforçou que era importante fortalecer a mobilização. Kátia Costa agradeceu a participação. Viviane Ramos informou que enviaria por e-mail aos Conselheiros a agenda com as novas datas, os horários e os locais das reuniões temáticas. A Secretária-Geral finalizou a reunião. Sem mais da pauta a ser discutida, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019.

Salvador, 29 de janeiro de 2019.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



30. _____
31. _____
32. _____
33. _____
34. _____
35. _____
36. _____
37. _____
38. _____
39. _____
40. _____